

## PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A POLÍTICA DE EXPANSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO COMO UM FATOR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCACIONAL REGIONAL

Fernanda Neves Iadocicco <sup>1\*</sup>

Oséias Santos de Oliveira <sup>2</sup>

<sup>1</sup>Docente, IFSP, São Paulo, SP, Brasil. \*Autor para correspondência: fernanda.neves@ifsp.edu.br

<sup>2</sup>Docente, UTFPR, Curitiba, Paraná, Brasil. Email: oseias@utfpr.edu.br

**RESUMO.** A democratização da educação é inegável para o desenvolvimento social em todas as áreas, o que contribui para a construção de uma sociedade participativa e mais justa para todos. Sob este prisma o presente artigo tem como propósito analisar o processo de democratização do Ensino Técnico e como ele influenciou diretamente no projeto de expansão dos Campus do Instituto Federal de São Paulo - IFSP, de modo a atender as necessidades das distintas regiões onde este se insere. A pesquisa, de natureza qualitativa, estrutura-se em uma análise bibliográfica, a partir de enfoques teóricos discutidos por autores que pesquisam sobre o tema, e também em uma análise documental, na qual são objeto de exploração os documentos nacionais, configurados na legislação nacional e os institucionais, tais como Plano de Desenvolvimento Institucional e os Relatórios de Gestão. A partir destes enfoques são analisados, além do contexto histórico, a evolução desta instituição educacional e a abertura de seus trinta e três Campus, voltados ao atendimento de arranjos produtivos e sociais locais. O estudo revela que a expansão do IFSP se insere em uma política educacional atual pautada na interiorização da educação técnica e superior o que possibilita acesso à educação pública de qualidade, nas regiões mais distantes, alinhada às questões científicas e tecnológicas, assim, elevando o nível de escolaridade dos estudantes e fomentando a qualificação profissional.

**Palavras-chave:** Democratização da Educação, Políticas Educacionais. Instituto Federal de São Paulo, Educação Técnica e Profissional.

**ABSTRACT.** The democratization of education is undeniable for the social development in all areas, which contributes to the construction of a more participative and fairer society for all. In this perspective, the purpose of this article is to analyze the process of democratization of Technical Education and how it directly influenced the expansion project of the Campus of the Federal Institute of São Paulo - IFSP, in order to meet the needs of the different places where it is inserted. The research, of a qualitative nature, is structured in a bibliographic analysis, as of theoretical approaches discussed by authors who research on the matter, and also in a documentary analysis, in which the national documents, are configured in the legislation and institutionals, as like the Institutional Development Plan and the Management Reports. Based on these approaches are analyzed, beyond historical context, the evolution of this educational institution and the opening of their thirty three Campus, focused at attending to local productive and social arrangements. The study reveals that the expansion of the IFSP, inserted in a current education lined on the internalization of technical and higher education, which allows access to quality public education in the most distant

places, aligned with scientific and technological, rather, elevating the level of schooling of students and fostering professional qualification.

**Keywords:** Democratization of Education, Educational Policies, Federal Institute of São Paulo Technical and Professional Education.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema o Processo de Democratização da Educação Profissional no Brasil, sendo que o recorte de análise se volta para o processo de expansão do Instituto Federal de São Paulo - IFSP, hoje com trinta e seis Campus, dos quais trinta e três, foram inaugurados no período estudado (2006 a 2016) A análise pretendida requer um olhar retrospectivo a partir das políticas públicas educacionais efetivadas no contexto nacional, fruto de um novo direcionamento da gestão educacional.

Ainda, para o desenvolvimento desta análise é preciso considerar os estudos organizacionais na perspectiva da expansão da Educação Profissional e Tecnológica que visa atender, de maneira eficaz, às necessidades econômicas e sociais dos diferentes municípios de São Paulo. Nesse processo educacional, são incorporadas atividades dirigidas aos arranjos produtivos de cada região, com vistas à formação de um cidadão com habilidades e competências específicas para as demandas regionais, possibilitando assim efetivas possibilidades de crescimento. Nesse contexto, temos a educação profissional como uma das condições para o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões.

A relevância deste estudo se fixa a partir da perspectiva de desenvolvimento educacional e social, dada a importância do acesso gratuito à educação profissional de qualidade, com possibilidades de acesso, nas regiões mais distantes, às questões científicas e tecnológicas, assim, elevando o nível de escolaridade dos estudantes e trabalhadores, construindo continuamente uma sociedade participativa e mais justa para todos.

O problema de pesquisa, abordado de forma panorâmica, pode ser resumido na seguinte questão: de que modo o projeto de expansão do IFSP pode se caracterizar como parte de um processo de Democratização do Ensino e de atendimento das demandas dos distintos contextos onde esta instituição se insere? É importante salientar a necessidade de delimitar o objeto da pesquisa visto a abrangência do tema, sendo que o enfoque adotado se volta ao contexto do Ensino Técnico dentro do Estado de São Paulo.

O artigo objetiva analisar o processo de democratização do Ensino Técnico e como ele influenciou diretamente no projeto de expansão dos Campus do IFSP, de modo a atender as necessidades das distintas regiões onde se insere.

Quanto aos aspectos metodológicos a pesquisa, de caráter qualitativo, se consolida em um estudo de caso institucional. Em relação aos procedimentos se efetiva um levantamento bibliográfico e documental. Para a contextualização da expansão ocorrida nos Institutos Federais de Educação, bem como para entender o momento histórico/político e suas prioridades na área educacional foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as publicações mais relevantes sobre o tema. A pesquisa documental se pautou a partir de fontes como a legislação brasileira pertinente ao ensino técnico profissional e os documentos que balizam os processos de organização e gestão do IFSP, como os Relatórios de Gestão e o Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como a partir da análise documental é possível a avaliação dos impactos das políticas e ações de expansão da educação técnica e profissional e de seus impactos nas comunidades locais. Após selecionadas as fontes de coleta de informações, realizou-se o recorte das abordagens mais relevantes ao tema em análise, quando se tornou possível o levantamento de dados deste estudo de caso institucional e o apontamento de questões relevantes em torno do tema, assinalando-se as expectativas futuras desta demanda.

## REVISÃO DE LITERATURA

### **Democratização da educação brasileira: questões para um debate**

A discussão sobre a temática da democratização do ensino no contexto brasileiro requer uma retrospectiva acerca do conceito de democracia, de modo a perceber como este foi construído e entendido, ao longo dos tempos, na perspectiva de significativos pensadores.

Etimologicamente, a palavra democracia vem do grego e significa poder do povo (Demos: Povo, Kratas: Poder). Segundo Schumpeter (1984, p. 305), a definição clássica de democracia pressupõe “o

arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade”.

Em uma concepção moderna Norberto Bobbio (2000) discute que a democracia é uma via onde são fixadas as regras do jogo, ou seja, nela são delimitadas quais são os sujeitos responsáveis pela tomada das decisões coletivas e também quais serão os métodos ou caminhos para se chegar a uma tomada de decisões. Na visão do autor, as regras são os chamados universais processuais.

Contudo é possível a identificação de um paradoxo em torno do conceito de democracia, pois a política atual direciona para respeitar ao outro, mas quanto maior for a participação popular, menor será o respeito às diferenças (RIBEIRO, 2013). Isso acontece porque a palavra democracia tornou-se um termo muito positivo, indo além de sua definição etimológica, tendo um sentido relacionado ao campo dos direitos humanos. Neste contexto, para esclarecer essa contradição, o autor discute os termos Democracia da unanimidade e Democracia da diferença. a primeira definição a democracia aparece como valor, como o bem comum (por exemplo, direito de educação para todos). Já no segundo termo, o eixo é o respeito ao outro e as suas diferenças, aqui a unanimidade não existe, valoriza o direito de escolhas individuais (por exemplo, escolher o tipo de educação de sua preferência).

Deste modo, pode-se compreender que a democracia é um regime onde o povo escolhe representantes que zelem pelo bem comum, garantindo os direitos humanos fundamentais aos indivíduos, respeitando suas diferenças e dando oportunidade de participação na vida econômica, política, social e cultural da sociedade, assim protegendo seus direitos e sua liberdade.

Neste viés, a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), em seu primeiro artigo, define o Brasil como um “Estado Democrático de Direito”, tendo como fundamentos a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, assim como o pluralismo político. Sendo de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, disposto no art. 23, V., “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 2015).

Neste sentido, é possível entender o acesso à educação e à tecnologia como um direito a todo cidadão brasileiro, confirmado pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, onde garante a educação escolar em instituições de ensino com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Também entende que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Para entender o movimento que se efetiva no desenvolvimento da legislação e das práticas educacionais brasileiras é necessário revisitar questões históricas que constituem a educação e, no seu bojo, os propósitos e demandas da Educação Técnica e Profissional.

### **Expansão da Educação: antecedentes históricos e legais**

Até 1930 o Brasil era um país predominantemente agrário, sendo que a educação era limitada a instrução primária. Foi a partir do governo Getúlio Vargas, com a aceleração modo capitalista de produção em seu sistema de desenvolvimento econômico, que a educação passou a ser necessária, aumentando significadamente sua demanda, isso possibilitou a construção de um projeto nacional de educação pública (BITTAR; BITTAR, 2012 p.158).

Nesse contexto, segundo Rosa et al (2015, p.165), “em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1931, houve a Reforma Francisco Campos, que criou, na letra da lei, um Sistema Nacional de Educação, e também o Conselho Nacional de Educação, órgão destinado a prestar assessoria ao Ministério da Educação”. Para Vargas era necessário dar o sentido pedagógico da revolução. “O objetivo era o de criar um ensino mais adequado à modernização que se almejava para o país e que se constituísse em complemento da obra revolucionária, orientando e organizando a nova nacionalidade a ser construída” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p.16)

Bittar, Bittar (2012, p. 158-159) afirmam em suas pesquisas que a reforma Francisco Campos instituiu o ensino secundário após a conclusão do ensino primário (o ensino primário tinha duração de quatro anos), e o dividiu em dois ciclos: o fundamental, com duração de cinco anos e o complementar, com duração de dois anos. Estes ciclos não excluíram o caráter elitista da educação, pois ficaram extremamente seletivos, separados do Ensino Profissional e do Curso Normal, sendo obrigatórios para a entrada na universidade. Por outro lado, fez a reforma do ensino superior com a criação de universidades voltadas para a pesquisa e formação. (RIBEIRO, 1986, p. 102).

Essa reforma foi influenciada pelo movimento da Educação Nova, pois a criação de universidades era uma das reivindicações que prefigurava, em 1932, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com a concepção da Universidade do Rio de Janeiro e da Universidade de São Paulo (USP).

Com a Constituição Brasileira de 1934 o direito à educação se tornou legal, o ensino primário foi concebido a partir do princípio da gratuidade e de frequência obrigatória, desta maneira conseguiu conciliar os interesses do movimento Educação Nova, que defendiam a escola pública e gratuita para todos, e dos setores mais conservadores como a Igreja Católica, que defendiam a educação privada, pois além de obrigatório, o ensino passou a ser de responsabilidade da família e dos poderes públicos.

Em 1937, com o golpe de Estado, uma nova constituição foi adotada e com ela as Leis Orgânicas do Ensino, conhecida com a Reforma de Capanema.

Já em 1946, após a ditadura Vargas e no pós-Segunda Guerra Mundial, foi promulgada a quarta constituição brasileira, reafirmado o direito à educação obrigatória e gratuita ao ensino primário. O grande problema foi sua falta de aplicação uma vez que ainda nem todas as crianças tinham acesso à escola. A necessidade de uma discussão mais efetiva sobre a educação se consolidou na criação de uma lei própria para a Educação, assim a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi debatida e elaborada no contexto de redemocratização do país logo após a queda do Estado Novo. Lei esta que só foi promulgada em 20 de dezembro de 1961, com o número 4.024, no governo do presidente João Goulart. Essa lei garantia a obrigação da educação pelo Poder Público e oferecia liberdade para instituições privadas praticarem o ensino em todos os graus.

Na década de 1960 ocorre uma ênfase à Educação Popular, como legado construído por Paulo Freire, pois as altas taxas de analfabetismo mostraram a ineficiência de todas as reformas até então propostas e a omissão do Estado pela falta de cumprimento de suas próprias leis.

O grande obstáculo à escolarização esteve centrado na dificuldade de fazer chegar as instituições de ensino em todas as regiões, pois o Brasil ainda era um país com alta concentração rural e raras eram as fazendas que possuíam escolas.

Em 1964 ocorreu o golpe civil-militar, assim entendido, pois à frente do poder estavam as forças militares sustentadas pelos grandes capitalistas nacionais e internacionais. Por mais de vinte anos o poder ditatorial promoveu a vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado, sendo que a escola primária se destinava a capacitação do aluno para uma atividade prática, o ensino médio visava a preparação dos profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país e o superior formavam a mão de obra especializada (SAVIANI, 2008).

Ainda, de acordo com Saviani (2008), no decorrer deste regime, também houve o fortalecimento do setor privado do ensino com o incentivo da privatização e a implantação de uma estrutura organizacional que ainda é vigente, principalmente na graduação e implantação da pós-graduação.

Com o fim do Regime Militar em 1985, iniciou-se a Nova República e junto o desafio da redemocratização do Estado Brasileiro. Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal, garantindo o ensino fundamental obrigatório e gratuito, tornando a educação um direito ao cidadão.

A década de 1990, com o novo período democrático, assinalou a necessidade de uma política nacional de educação e em 1996 foi aprovada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conhecida como Lei nº 9.394/1996. Além das garantias do Constituição, a LDB trouxe a preocupação com a qualidade do ensino oferecido, que podemos evidenciar no quarto artigo “IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.” (BRASIL, 1996).

Este período, a política educacional era comandada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e se distinguiu pelo “fato de se fundamentar num diagnóstico prévio e compreensivo da situação e dos principais problemas do sistema educacional. O diagnóstico permitiu o estabelecimento de prioridades e a definição dos instrumentos de atuação a serem utilizados” (DURHAM, 1999, p. 232-233).

O então presidente apresentou o Plano Nacional da Educação (PNE), com as seguintes prioridades: 1 - oferta de ensino fundamental, 2 - educação de jovens e adultos, 3 - extensão da educação para a educação infantil, o ensino médio e educação superior. Também foram incluídos nas pautas das políticas educacionais os temas de educação indígena, a educação especial e formação para o trabalho. Os avanços no sentido da democratização do ensino também vieram com a criação, em 1996, e sua implementação em 1998, do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o incentivo na formação de professores, o apoio ao programa bolsa-escola e outros programas visando a ampliação do ensino (DURHAM, 1999)).

No período entre 2003 e 2011 Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência da República por dois mandatos e, segundo Bittar, Bittar (2012), uma de suas decisões de maior impacto na área da educação foi a criação, em 2006, do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), que amplia o compromisso do poder público quanto a oferta e manutenção da educação básica, sendo que este passa a abranger a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, assim resgatando o conceito de educação básica como um direito.

O governo também investiu na educação superior pública, levando o ensino superior para regiões menos desenvolvidas da Brasil, abriu novas Universidades Federais fora dos grandes centros e criou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). A grande mudança foi o fato deste governo ter como foco a inclusão das camadas com menor poder aquisitivo a este nível de ensino, prevendo cotas a jovens negros ou indígenas com a lei nº 12.711/12, além dos programas para permitir e aumentar o acesso e a permanência de pessoas destas camadas sociais à educação superior nas instituições privadas, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni) – lei n. 11.096/05 e a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – lei n. 10.260/01.

Neste contexto, o ensino técnico teve seu maior investimento da história, uma vez que entre 1909 e 2002 o Brasil possuía apenas 140 escolas técnicas. No período do Governo Lula, entre 2003 e 2010 a expansão atinge a marca de 356 instituições com oferta de educação técnica e tecnológica, ligadas a rede federal de ensino (BRASIL, 2016). Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.1089), “o tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação ao início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública”. O que foi concretizado com o Decreto n. 5.154/04, posteriormente englobado na Lei n. 11.741/08, da Educação Profissional e Tecnológica. Desta maneira “restabelecendo-se a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo n. 36 da LDB” (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.1089).

A política de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve continuidade nos governos da Presidente Dilma Rousseff, entre 2011 e 2015, quando é afastada do poder. Em seu primeiro período de mandato a presidente Dilma confirma a disposição em ampliar a oferta de educação técnica, quando se registra, entre 2011 e 2015 a marca de 578 instituições federais que operam nessa modalidade de ensino (BRASIL, 2016).

A presidente Dilma Rousseff promove a implantação de diversos projetos, sendo que, para o Ensino Técnico, foi criado, por meio da Lei 12.513/2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Segundo o Ministério da Educação, este programa teve “o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país”. Dentre as iniciativas e ações atrelados ao Pronatec esteve inserida a continuação do programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que possibilitou a ampliação da oferta de cursos de formação e qualificação nas escolas já existentes e a criação de novas unidades em cidades polo, em diversas regiões brasileiras.

## MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa qualitativa foi escolhida para balizar esta pesquisa uma vez que esta considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; ainda, por possuir um caráter descritivo. Por outro lado, o foco principal deste tipo de pesquisa está posto no processo e não o resultado ou o produto; “a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; não requereu o uso de técnicas e métodos estatísticos; e, por fim, teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados” (GODOY, 1995, p.58).

O estudo se estrutura a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, sendo que a primeira etapa foi a pesquisa de levantamento do material bibliográfico. Foram pesquisados alguns periódicos científicos com boa classificação e avaliação em indexadores nacionais, dissertações produzidas por profissionais do Instituto Federal de São Paulo - IFSP em instituições reconhecidas por sua produção científica, artigos acadêmicos de autores que façam parte de universidades conceituadas e livros chaves para o tema. Após selecionadas as fontes de coleta de informações, realizou-se o recorte das abordagens mais relevantes ao tema.

A segunda etapa foi constituída pela análise dos documentos institucionais do IFSP, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Relatórios de Gestão dos anos de 2006 até 2015 (último disponível para consulta). Esses materiais encontram-se disponíveis para consulta no site da instituição. Também foram consultados os sites do Ministério da Educação.

A terceira e última etapa foi desenvolvida a partir da análise dos índices gerenciais, o que demonstrou que a expansão do IFSP esteve estruturada sob o enfoque do processo de democratização do ensino. Neste sentido foram analisadas a quantidade de alunos anualmente atendidos e a quantidade de alunos formados em diferentes cursos, no período estudado, apontando, dessa maneira, as expectativas futuras desta demanda.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Instituto Federal de São Paulo - IFSP é uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, sendo instituído a partir da promulgação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Em seu primeiro artigo a referida legislação define:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais. (BRASIL, 2008).

Em um retrospecto histórico é importante destacar que a instituição teve sua fundação em 1909, originalmente como Escola de Aprendizes e Artífices de São Paulo. Em sua história também foi denominado Liceu Industrial de São Paulo, Escola Industrial de São Paulo, Escola Técnica de São Paulo, Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo.

Segundo o Projeto Pedagógico da Escola Técnica Federal de São Paulo (1999), o início da expansão das atividades do IFSP começou em 1987 com o PROTEC - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, com unidades descentralizadas vinculadas à então Escola Técnica Federal de São Paulo. A primeira delas foi a unidade de Cubatão (1987), quase dez anos depois, em 1996, a segunda unidade de ensino descentralizada foi de Sertãozinho.

Em 1999, de acordo com o decreto sem número de 18 de janeiro de 1999, a Escola Técnica Federal de São Paulo transforma-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo (CEFET-SP), e junto com o decreto nº 2.855 de 2 de dezembro de 1998, tem suas possibilidades de atuação e objetivos ampliadas, sendo assim, a instituição passou a oferecer cursos superiores de tecnologia e licenciatura.

Art 3º As Escolas Técnicas Federais, observadas as características definidas no artigo anterior, têm por objetivos: [...] IV - ministrar ensino superior, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica; [...] VI - ministrar cursos de formação de professores e especialistas, bem como programas especiais de formação pedagógica para as disciplinas de educação científica e tecnológica; (BRASIL, 1998, art. 3)

Desta maneira, as características da instituição criada há quase um século, foram alteradas abrindo novas oportunidades de atuação educacional e de discussão dos objetivos de sua função social (IFSP, 2013).

Em 2003, com a posse do presidente Lula inicia-se a Expansão da Rede de Instituições Profissionais Federais. Segundo Ferretti (2011, p. 789), as contribuições destas instituições são modelos para promover “uma atuação integrada e referenciada regionalmente, de acordo com alguns dos pilares do Plano de Desenvolvimento da Educação”.

Haddad (2008, p. 18-19) ressaltou a importância da sintonia dessas instituições com os arranjos produtivos locais, e o estímulo “[à] pesquisa aplicada, [à] produção cultural, [ao] empreendedorismo e [ao] cooperativismo” apoiando “processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão”.

Em decorrência dessas mudanças, foram criadas novas unidades de ensino descentralizadas. Em 2006 inauguraram Guarulhos, Bragança Paulista, Salto, Caraguatatuba e São João da Boa Vista. Em 2008, São Roque e São Carlos.

A partir de 2008, como parte do Projeto de Expansão da Rede Federal, é instituído, segundo a Lei nº 11.892, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Instituto Federal, suas atividades foram ampliadas, possibilitando, além do Ensino Técnico, a inserção na área de pesquisa e extensão, estimulando assim o desenvolvimento de soluções tecnológicas em benefício à comunidade. Também foram promulgadas as atividades de ensino superior e pós-graduação, fazendo com que o IFSP tivesse a relevância de universidade e destacando-se pela autonomia. (BRASIL, 2008, art. 7)

Segundo a lei, esta nova oferta é possível desde que todas as unidades garantam os balizadores de 50% das atividades em educação profissional técnica de nível médio e 20 % em licenciatura. Ela também define que cada Instituto Federal será organizado em estrutura multicampi e terá uma reitoria. Desta maneira, no Estado de São Paulo, as nove unidades de ensino descentralizadas citadas acima mais a unidade original de São Paulo são instituídas Campus do IFSP. (BRASIL, 2008, art. 8)

Assim, a instituição passou a ter autonomia para criar cursos e ampliar seus Campus, “sendo organizado em estrutura com vários campi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e para a reitoria, equiparando-se com as universidades federais” (IFSP, 2013, p.46)

Nesse contexto, como continuidade desse processo, o Ministério da Educação no governo Lula, concretizou a construção e funcionamento de mais de 18 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 28 Campus em funcionamento até o ano de 2013.

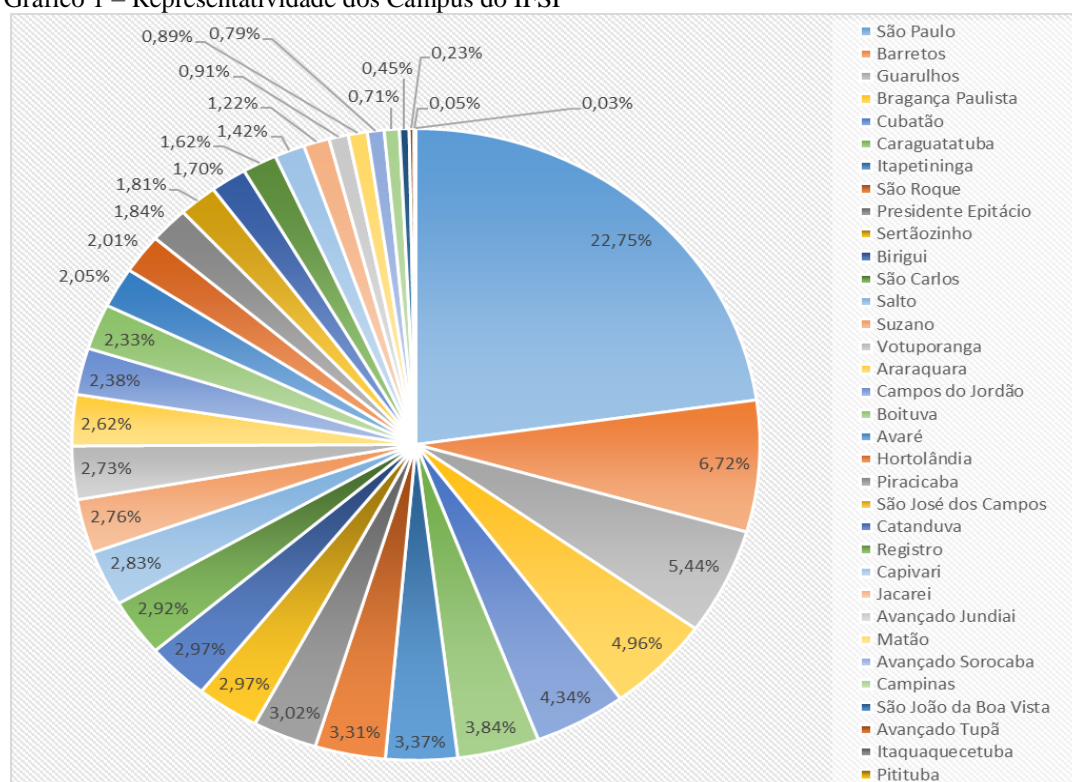
De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2013, p. 14), neste período, foram inaugurados o Campus de Campos de Jordão, Araraquara, Barretos, Birigui, Boituva, Capivari, Catanduva, Itapetininga, Jundiá, Matão, Piracicaba, Suzano, Presidente Epitácio, Avaré, Hortolândia, Votuporanga, Campinas e Registro.

No governo Dilma ocorreu a autorização de funcionamento de mais de 8 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 36 Campus do IFSP em funcionamento até o ano de 2016.

Segundo o site institucional do IFSP, foram inaugurados neste período os Campus de São José dos Campos, Jacareí, Sorocaba, Itaquaquecetuba, Pirituba, Tupã, Ilha Solteira e São Miguel Paulista.

Assim, demonstramos a abertura, dentro do Projeto de Expansão, dos 36 Campus da instituição. Abaixo podemos observar a representatividade de cada um deles dentro do Estado de São Paulo, conforme ilustrado no Gráfico 1. Vale ressaltar que os dados dos Relatórios de Gestão estão disponíveis até o ano de 2015, dessa forma, os Campus de Ilha Solteira e São Miguel Paulista, abertos em 2016, estão fora de nossa estatística.

Gráfico 1 – Representatividade dos Campus do IFSP



Fonte: Relatórios de Gestão, 2015

Podemos verificar que São Paulo é o Campus com maior representatividade, sendo uma escola escolhida tanto pelas famílias de classe baixa, como também de classe média. A soma da gratuidade com a qualidade do ensino faz com que o IFSP tenha um processo seletivo com altos índices de candidato por vaga. Segundo Relatório de Gestão de 2015, o campus de São Paulo teve um índice de 50,8 candidatos por vaga, número que equivale aos índices dos cursos mais disputados das melhores universidades do Brasil. Como afirma Ferretti (2011, p. 791) “a formação de melhor qualidade ofertada pelos if, altamente seletivos, passou a ser disputada pela classe média”. Além disso, São Paulo, segundo IBGE, é a cidade com maior população do Brasil, estimada em 2016 de 12.038.175 milhões.

Observando as outras unidades podemos perceber que os Campus mais recentes são os menos representativos, algo natural, pois geralmente os Campus começam com poucas turmas e vão ganhando volume de acordo com as “possibilidades da instituição e as demandas da sociedade de cada nova localidade na qual se implanta uma Unidade de Ensino” (PDI, 2013, p. 43).

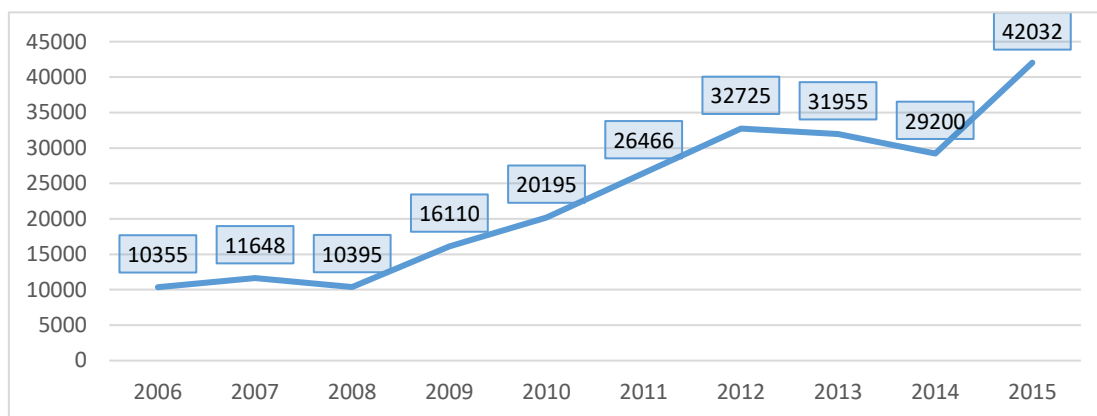
Para compreender os desdobramentos desta expansão iremos demonstrar alguns indicadores de desempenho acadêmico entre 2006 e 2015. Para esse cálculo, foram considerados os cursos regularmente ofertados de cada campus, são eles: a) Técnicos Integrados ao Ensino Médio, b) Técnicos

Concomitantes/Subsequentes ao Ensino Médio, c)Licenciaturas, d)Tecnologias, e)Bacharelados, f)Pós-graduação e g)Cursos de Formação Inicial Continuada. (RELATÓRIO GESTÃO, 2016, p. 72-73)

O primeiro indicador importante para nossa análise é o número de matrícula por Campus, para isso a instituição trabalha com o conceito de Matrículas Atendidas, ou seja, “todas as matrículas que estiveram ‘Em Curso’ ou ‘Integralizando em Fase Escolar’, por pelo menos um dia no período entre janeiro e dezembro de 2015” (RELATÓRIO GESTÃO, 2016, p. 76).

Ainda, foi feito um levantamento do número de matrículas por Campus, e aqui apresentando o valor total por ano, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Número alunos matriculados do IFSP (2006-2015)

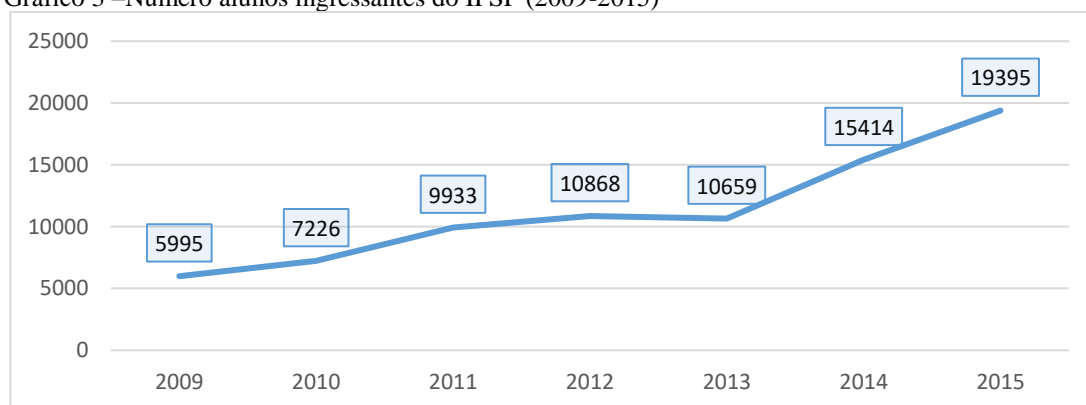


Fonte: Relatórios de Gestão, 2006-2015

Importante salientar que o aumento das matrículas, a partir do ano de 2009, corresponde ao resultado da continuidade do Projeto de Expansão da Rede Federal iniciado em 2008, onde foi instituído o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia e suas atividades foram ampliadas, possibilitando, além do Ensino Técnico, os cursos de graduação, licenciatura, bacharelado e pós-graduação.

Aqui conseguimos mostrar claramente a proporção do aumento de alunos atendidos em razão da abertura de novos Campus. Relação esta que também é demonstrada com o número de alunos ingressantes, conforme Gráfico 3.

Gráfico 3 –Número alunos ingressantes do IFSP (2009-2015)

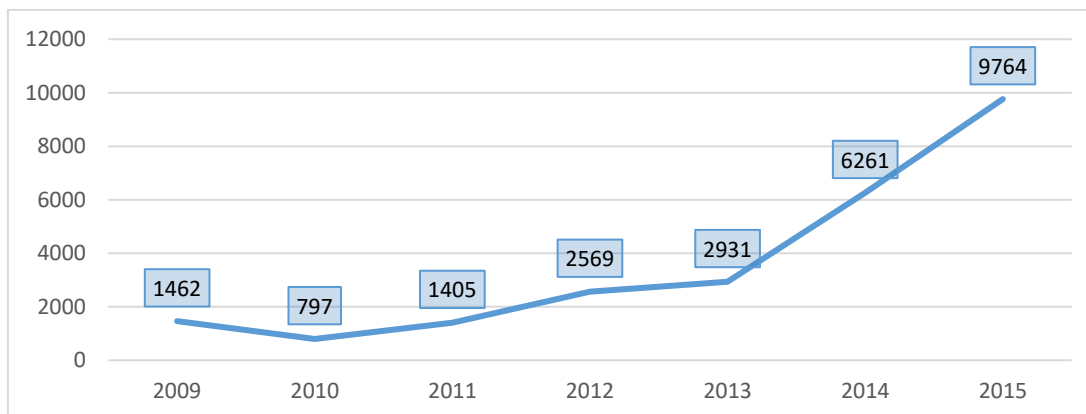


Fonte: Relatórios de Gestão, 2009-2015

Outros dois indicadores, não menos importantes, são o número de alunos ingressantes (conforme visualização no Gráfico 3) e o número de alunos concluintes. Estes dois indicadores são disponibilizados nos Relatórios de Gestão a partir do ano de 2009. Abaixo podemos verificar o número de alunos concluintes, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 –Número alunos concluintes do IFSP (2009-2015)





Fonte: Relatórios de Gestão, 2009-2015

A relação de alunos concluintes apresenta uma oscilação no início da ampliação das atividades e da Expansão dos Campus, em razão da readequação de alguns Eixos Tecnológicos, onde foi necessária a abertura de novos cursos e o encerramento de outros que já não atendiam as demandas regionais. A tendência observada foi de estabilização deste índice com o decorrer do tempo. Aqui também conseguimos observar e vincular o crescimento deste índice com o funcionamento das novas unidades relacionadas nesta pesquisa.

Para essa expansão ser efetiva, considerar-se como fundamental o atendimento das necessidades das distintas regiões onde foram inseridos os novos Campus do IFSP. Demanda essa definida por meio de Audiências Públicas, que tiveram como objetivo permitir que a população participasse da definição dos eixos tecnológicos e os cursos a serem ofertados pelo campus, conforme lei n. 11.892 e portaria n. 1.091 emitida pela reitoria do IFSP em 17 de março de 2015,

Depois de definidas as demandas e as possibilidades de cada Campus foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), um documento que traça o perfil da instituição, conferindo-lhe identidade e intenções comuns de todos os envolvidos. Nele se define o Perfil Institucional, Projeto Político-Pedagógico, Organização Didática, Avaliação Institucional e a programação para a implementação das ações definidas em Audiência Pública, como: cursos, corpo docente/técnico administrativo/discente, infraestrutura e demonstrativos de capacidade e sustentabilidade financeira. No IFSP o PDI abrange um período de cinco anos.

A construção desse processo possibilitou a participação da comunidade em decisões fundamentais, permitindo que cada região tivesse preservada suas características e necessidades distintas.

## CONCLUSÃO

Nas últimas décadas a política educacional do Brasil se firmou a partir de um caráter inclusivo, facilitando o acesso da população menos favorecida à educação gratuita de qualidade. Isso se fez por meio de vários programas de governos aqui citados, entre eles, primordial para este estudo, destaca-se a Expansão da Rede de Instituições Profissionais Federais, ocorrida a partir de 2003. Peça chave para o desenvolvimento da Educação Profissional, essa expansão permitiu a criação dos Institutos Federais, entre eles, a instituição que é objeto desta pesquisa, o Instituto Federal de São Paulo - IFSP.

Podemos destacar a relevância desta mudança, permitindo o funcionamento de trinta e três Campus espalhados pelo interior de São Paulo, muitos deles em cidades distantes da capital, com números reduzidos de habitantes e sem opção de formação profissional gratuita na região. Entre 2008 e 2015 foram, aproximadamente, 80 mil novos alunos ingressando em diferentes cursos, o que evidencia a importância desta expansão para o processo de democratização da educação.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que nessa expansão foi crucial o estudo e pesquisa de cada região que receberia um novo Campus, aliada à análise do perfil da comunidade, de suas necessidades e do mercado em que está inserido. Por isso que a participação da sociedade nos processos formatados como Audiência Pública foi destacada como elemento imprescindível para a construção de um Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSP. A partir dessa interação foi possível a construção de programas dirigidos aos seus arranjos produtivos locais e regionais, visando a formação de um cidadão com habilidades e

competências específicas para que realmente atenda essa demanda. Neste contexto podemos afirmar que a expansão do IFSP contribuiu de fato para a democratização do ensino, elevando os níveis de qualidade da educação no país, contemplando, ainda, o atendimento das necessidades das distintas regiões onde este importante instituto de insere.

## REFERÊNCIAS

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. *Acta Scientiarum Education*, Maringá, v. 34, n. 02, p. 157-168, 2012. Disponível em < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/17497/9977> > Acesso em: 02 jun. 2017.

BOBBIO, N. *Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos clássicos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitui...](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...)> Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 85. Promulgada em 26 de fevereiro de 2015. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc85.htm#art1)> Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394/15. Promulgada em 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.741. Promulgada em 16 de julho de 2008. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11741.htm)> Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.892. Promulgada em 29 de dezembro de 2008. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm)> Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.523. Promulgada em 26 de outubro de 2011. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm)> Acesso em: 04 jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 2.855. Promulgada em 02 de dezembro de 1998. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2855.htm)> Acesso em: 03 jul. 2017.

BRASIL. Portal da Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Expansão da Rede Federal. 2016. Disponível em < <http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>> Acesso em 16 jul 2017

DURHAM, E. R. A educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, v. 11, p. 231-254, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a13.pdf>> Acesso em: 29 jun. 2017

FERRETTI, C.J. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. *Educação & Sociedade*, v.32, n. 116, p. 789-806, 2011. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>> Acesso em: 04 jul. 2017

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvérsico. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, 2005. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000300017&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302005000300017&script=sci_arttext)> Acesso em: 30 jun. 2017

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abril 1995.

HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2008

IBGE, *Censo Demográfico 2010*. Brasília:2013.

IFSP. *Plano de Desenvolvimento Profissional 2014-2018*. São Paulo, 2013.

IFSP. Portaria n. 1.091. Promulgada em 17 de março de 2015. São Paulo. Disponível em: < [2017.file:///C:/Users/Fernanda%20Neves/Downloads/mar\\_port\\_1091\\_regulamento%20audincia%20pblica%20do%20ifsp\\_ret.pdf](http://file:///C:/Users/Fernanda%20Neves/Downloads/mar_port_1091_regulamento%20audincia%20pblica%20do%20ifsp_ret.pdf) > Acesso em 10 jul. 2017

IFSP. *Relatório de Gestão – Exercícios 2006/2007/2008/2009/2010/2011/2012/2013/2014/2015*. São Paulo. Disponível em: < <http://www.ifsp.edu.br/index.php/documentos-institucionais/relatorio-de-gestao.html>> Acesso em 04 jul. 2017.

IFSP. Site institucional. Disponível em: < <http://www.ifsp.edu.br> > Acesso em 04 jul. 2017.

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

RIBEIRO, R. J. A Democracia. 3.ed. São Paulo: Publifolha, 2013

ROSA, C.; LOPES, N. ;CARBELLO, S. Expansão, democratização e a qualidade da educação básica no brasil. Poésis Pedagógica, Catalão, v.13, n.1, p. 162-179, 2015. Disponível em < <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/35982/18642>> Acesso em: 02 jun. 2017.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. Caderno Cedes, Campinas, v.28, n.76, p. 291-312, 2008. Disponível em < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622008000300002&lang=pt)> Acesso em: 29 jun. 2017

SCHUMPETER, J. A. (1984). O equacionamento do problema; A doutrina clássica da democracia; Mais uma teoria de democracia; Conclusão. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, p. 287-366.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

Recebido em Junho (06), 2019.

Aceite em Julho (07), 2019.